

‘Ataque populista’, uma ameaça ao ajuste

MILANO LOPES

No final deste ano serão palpáveis os resultados da política de ajuste da economia empreendida a partir de 1982; o PIB deverá crescer 1%, a economia mostra sinais de recuperação, como alguns segmentos do mercado interno, e a frente externa aponta um desempenho sem precedentes — um superávit comercial de US\$ 12 bilhões e reservas de US\$ 6 bilhões. Qual, porém, será o futuro desse processo de ajuste, sob o novo governo, seja qual for o candidato eleito? Na visão da área econômica, o mais negro possível.

Temem os principais responsáveis pela elaboração e execução da estratégia de ajuste que Maluf ou Tancredo sejam acometidos de um “ataque populista” e, em menos de quatro meses, provoquem uma explosão inflacionária incontrolável, uma elevação desmedida do déficit público e uma “queima” de reservas externas, voltando tudo à estaca zero.

Segundo essa visão, esse “ataque populista”, que poderia ser caracterizado por “duas ou três medidas de imediato impacto popular, mas de custo social altíssimo, a médio prazo”, resultaria, num primeiro momento, na duplicação da atual taxa inflacionária, de 200 para 400%, “mantendo-se intacta a política cambial, sem destruir o balanço de pagamentos”.

O perigo maior, contudo, seria o futuro presidente, pressionado pela inflação superelevada, pretender contê-la através da utilização de instrumentos como o controle cambial. Nessa hipótese, as exportações seriam desestimuladas, as reservas seriam “queimadas” e o País voltaria rapidamente à situação de sufoco cambial ocorrida no final do ano passado.

A administração econômica está convencida de que esse perigo, o do “ataque populista”, subsiste tanto com Maluf como na hipótese da eleição de Tancredo. O candidato do PDS, sabidamente impopular, desejará, logo após assumir, tentar obter apoio da opinião pública através de medidas de cunho demagógico, enquanto Tancredo poderá ceder também, porém pressionado pelas forças de esquerda que estão sustentando sua candidatura e que “cobrarão alto” os votos dados no colégio eleitoral. Essa constatação deixa claro que a preocupação existe tanto em relação ao candidato do governo quanto ao da oposição, independente de quem cada um decida arremeter para conduzir sua política econômica.

OS TRÊS DESAFIOS

Os responsáveis pela montagem da atual estratégia de ajuste da economia estão convencidos de que o futuro presidente terá dois comportamentos distintos em relação à política econômica: nos primeiros seis meses — especialmente se o eleito for Tancredo —, a tônica será uma crítica generalizada à estratégia seguida por Figueiredo, com a repetição das acusações sobre implantação da re-

cessão, aumento do desemprego, subserviência ao FMI, etc.

Essa campanha funcionará como uma espécie de justificativa para a adoção de medidas paternalistas e de caráter populista, utilizando-se amplamente o subsídio e os recursos fiscais para o financiamento de programas de amplo apelo popular. Do sétimo mês em diante, vergado pelo efeito inflacionário de tais medidas, “o governo assumirá”, segundo a expressão de um dos responsáveis pelo primeiro escalão da administração econômica.

Isso significará que o presidente e seus assessores econômicos acabarão por identificar a existência de restrições físicas insuperáveis, as quais terão de ser respeitadas, “para não estourar em algum lugar”. De acordo com essa análise, há três grandes desafios na área social, com imediatas repercussões na área econômica, para serem enfrentados pelo futuro governo.

O primeiro é a situação pré-falimentar da Previdência Social oficial, cujo déficit, este ano, alcançará US\$ 1,0 bilhão e deverá crescer, em 1985, para US\$ 1,5 bilhão. Para a Previdência, que enfrenta um déficit estrutural resultante do crescente aumento das despesas e da concomitante redução das receitas, em termos reais, não se vislumbra outra alternativa senão a adoção simultânea de uma série de medidas, entre as quais se destacam: a elevação da contribuição para, pelo menos, 14%; a cobrança pelos serviços médicos, e o aumento do tempo de contribuição com vistas à aposentadoria. As três são medidas politicamente indigestas, que até hoje nenhum governo teve condições de adotar.

O segundo desafio é o Sistema Financeiro da Habitação. A área econômica do governo, no seu escalão mais alto, está convencida de que o bônus foi uma solução paliativa, que custará ao Tesouro Cr\$ 2,0 trilhões nos próximos dez anos e não resolverá nem o problema do BNH nem o do mutuário, que continuarão enfrentando dificuldades enquanto não for possível reduzir a inflação e, em consequência, a correção monetária.

O terceiro grande desafio diz respeito à política salarial. Lembra-se, a propósito, que a atual legislação do Decreto-Lei nº 2.065 se extinguirá em 30 de junho do próximo ano, e que até lá, seja qual for o presidente eleito, terá de ser montada uma nova política, da qual dependerá, em grande parte, o futuro da atual estratégia de ajuste da economia. Se prevalecerem as pressões sindicais e das esquerdas, no sentido da montagem de um sistema de reajustes salariais acima dos índices inflacionários, de tal forma que os salários cresçam mais do que a inflação e os índices de produtividade da economia, o desequilíbrio será fatal.

O governo acompanha com interesse os movimentos no Congresso para flexibilizar o Decreto-Lei nº 2.065, que contam com o beneplácito do Palácio do Planalto mas não encontram respaldo na área econômica, que teme sobretudo as tentativas de restabelecer “direitos abusivos” concedidos às empresas estatais, dis-

so podendo resultar uma nova explosão no déficit dessas empresas.

OS ERROS DO GOVERNO

Ao admitir que a necessidade de sobrevivência política possa levar o futuro presidente a uma desmontagem do atual esquema de ajuste da economia e a um confronto com o FMI, a área econômica, pela palavra de um de seus expoentes, admite que o governo errou ao montar a estratégia que tem como base a redução do déficit do setor público.

O erro principal consistiu em reduzir o déficit público através do aumento da receita, via pressão fiscal, e não pelo corte das despesas, o que seria o natural. A consequência foi uma explosão inflacionária, uma elevação das taxas de juros e maiores dificuldades para o setor privado. Segundo esse raciocínio, enquanto os projetos governamentais eram feitos a qualquer taxa de juros, os do setor privado simplesmente não resistiam aos enormes encargos financeiros e sucumbiam.

Desse modo, a elevação da taxa de juros foi a forma pela qual o governo expulsou o setor privado para manter suas despesas e concorrer, com vantagem, num mercado de dinheiro restrito pelo controle da expansão monetária.

De acordo com essa visão, o governo dispunha de duas alternativas para conter o déficit do setor público, especialmente num dos itens de maior pressão, que é o de pagamento de pessoal e encargos sociais: ou promover uma demissão em massa de empregados das empresas estatais, “algo próximo de 600 mil”, e, desse modo, desativar ou diminuir o ritmo de vários projetos, ou reduzir o salário real desses funcionários, mantendo-os todos em atividade e, com eles, os projetos das respectivas empresas.

Sem força política para implementar a primeira alternativa, o governo aplicou a segunda, pagando um preço menor, mas obtendo, em consequência, um resultado também pequeno. Há muitas dúvidas sobre se o futuro governo, seja presidente Maluf ou Tancredo, tenha condições de aplicar a alternativa mais radical e também mais necessária. A expectativa, na verdade, é que ocorra o contrário, pois são visíveis os sinais de retomada da iniciativa das estatais, no sentido de aumentar suas despesas sem controle, inclusive com o apoio de setores da oposição no Congresso.

Contudo, assegura-se na área econômica que os resultados de uma política “demagógica e paternalista” por parte do futuro presidente cedo mostrará seus efeitos contraproducentes. Os exemplos do presidente francês François Mitterrand e do governador de São Paulo, Franco Montoro, são citados em abono dessa tese. Ambos prometeram emprego à vontade, salários elevados e grandes projetos e logo verificaram a impossibilidade de ajustar as restrições físicas aos desejos políticos. Nas suas respectivas esferas, os dois são, hoje, os dirigentes mais impopulares, conforme revelam as pesquisas.

Ag. Estado - Brasília

Economia - Brasil